



1
—
Ans.

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
15 DE ABRIL DE 2014.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

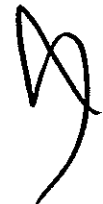
- EMPREITADA - SISTEMA INTERCEPTOR DO POCINHO / CALIÇO / FONTE SANTA / MANTA ROTA;
- APROVAÇÃO DAS ADENDAS AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CELEBRADOS NO ÂMBITO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO;
- APROVAÇÃO DA ACTUALIZAÇÃO DOS QUADROS I, II E III DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO EM CONFORMIDADE COM O SEGUNDO DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA – RENOVAÇÃO 2014 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LICENÇA DE ACESSO ANUAL PARA PLATAFORMA ALGARVE 360;

2
Aut.

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A EUROSISTRA PORTUGAL, LDA.
- APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DO EUROCIDADÃO;
- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE, REFERENTE A PRÉDIO RÚSTICO SITO NO PEGO REDONDO - VILA NOVA DE CACELA - MARIA DA ENCARNAÇÃO MESTRE GUERREIRO;
- 4ª. RENOVAÇÃO DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - MARIA DO ROSÁRIOS CLEMENTE DOS MÁRTIRES AGOSTINHO;
- ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA N.º 5 DO CENTRO CULTURAL ANTÓNIO ALEIXO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO CATL;
- BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DO ALGARVE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO;
- APOIO A CONCEDER AO II ACTO - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS;
- APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTES AO PEDIDO DE APRECIACÃO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO PARA O "VIII PASSEIO DE CICLOTURISMO - CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- HOMENAGEM A ANTÓNIO ROSA MENDES;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de fevereiro de 2014, apresentando um saldo de 721.474,55 € € (setecentos e vinte e um mil quatrocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos).

3
aud.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

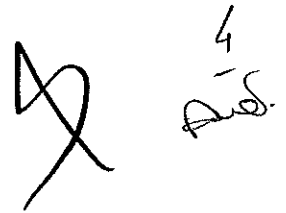
Pelo Sr. Presidente foi proposto a inclusão da seguinte Proposta:

PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (DECIF)

= Analisada a documentação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

Pelos Srs. Vereadores da Bancada do Partido Socialista foram apresentados e lidos os seguintes requerimentos a requerer que lhes seja facultado, documentos que ficam apensos à ata:

- "Listagem com a evolução da ocupação do Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, relativa a estágios nos anos de 2012, 2013 e 1º. Trimestre de 2014";
- "Os elementos constantes na alínea a) do requerimento apresentado pela bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de 7 de Novembro de 2013, relativos ao processo de entrega 40 fogos de habitação social";
- "Cópia da proposta da firma AXIMAGEM – Comunicação e Imagem, Lda., relativa à prestação de serviços de implementação de um modelo de identidade e identificação municipal, bem como que lhes seja prestada informação sobre como estão a decorrer os trabalhos adjudicados";
- "Cópia dos anexos ao Contrato de Exploração e Gestão do Centro Médico no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, celebrado entre a SGU, EM e o HPA, SA."

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

O Sr. Presidente informou que o contrato com a firma AXIMAGEM, Lda. foi realizado na semana passada.

O Sr. Vereador José Cruz fez a seguinte intervenção no período antes da ordem do dia:

- As dívidas das associações recaem sobre os membros das respetivas direções, de acordo com a lei. No caso do Conservatório Regional de Música de Vila Real de Santo António, devido às dívidas existentes cuja responsabilidade também é da câmara municipal, já estão a ser penhorados os rendimentos dos membros da direção.

A Sr.^a Vereadora Maria Conceição Cabrita informou que reuniu com a direção do Conservatório na semana passada.

- O Sr. Vereador José Cruz questionou sobre a identidade da igreja que está instalada no bairro de Fundo Fomento, em Vila Real de Santo António.

O Sr. Presidente respondeu que o espaço foi cedido pela câmara municipal à Igreja Trombeta Eterna, apenas para armazenamento de comida e roupa para ações de solidariedade, não sendo permitido à igreja a realização de cultos no local.

- O Sr. Vereador José Cruz informou que na entrada norte de Vila Real de Santo António existe uma casa onde residem dois idosos numa situação bastante debilitada, sem água e em as mínimas condições de habitabilidade, chegando a ser uma questão de saúde pública. Pediu à câmara municipal que verificasse e interviesse em auxílio dos idosos.

5
A.S.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

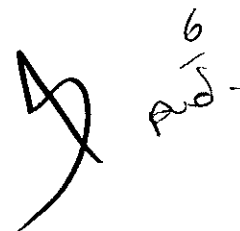
EMPREITADA - SISTEMA INTERCEPTOR DO POCINHO / CALIÇO / FONTE SANTA / MANTA ROTA.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a declaração prévia que se transcreve:

“O meu voto será favorável nestes processos, para que não se desaproveitem fundos comunitários.”

O Sr. Vereador David Murta referiu que, relativamente a propostas deste género, mantinha a posição manifestada na reunião de 18 de Fevereiro de 2014, designadamente sobre a falta de informação/documentação sobre a empreitada. Mencionando que, pelo menos, se podia ter anexado o relatório final de adjudicação da mesma. Recordou também a falta de resposta ao requerimento apresentado em 07/Jan, onde solicitou o plano de atividades e orçamento da SGU, EM, relativo ao ano de 2014.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a declaração de suficiência de saldos de execução orçamental relativa à empreitada do Sistema Interceptor do Pocinho / Caliço / Fonte Santa / Manta Rota, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



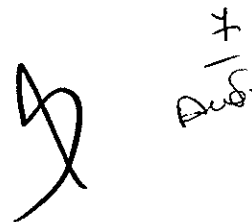
APROVAÇÃO DAS ADENDAS AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CELEBRADOS NO ÂMBITO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre a razão jurídica destas adendas aos contratos merecerem apenas a aprovação da câmara municipal e tomada de conhecimento por parte da assembleia municipal, quando a celebração dos contratos teve a aprovação da assembleia municipal.

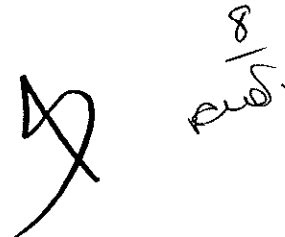
Referiu ainda que a posição da bancada do PS já foi devidamente argumentada nas Reuniões de Câmara de 27 de Janeiro e 21 de Março, não tendo nada acrescentar

- O Sr. Presidente respondeu que esta aprovação pela câmara municipal foi uma exigência do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de visto dos contratos, sendo que, bastava dar conhecimento à assembleia municipal, uma vez que, as adendas não vinculavam mais a câmara municipal do que os próprios contratos iniciais. Desta forma não careciam de um formalismo tão grande.

- O Sr. Vereador José Cruz interveio neste ponto para relembrar que, aquando da aprovação inicial dos contratos com os bancos, ainda enquanto membro da assembleia, alertou para a existência de cláusulas nos mesmos que deveriam ser acauteladas por prejudiciais à câmara municipal. O que se verificou foi que, o Tribunal de Contas veio ao encontro da posição da CDU, numa perspetiva de defender a câmara municipal dos bancos.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz e as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovadas as ratificações aos contratos de empréstimo celebrados no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, entre o Município de Vila Real de Santo António e as instituições bancárias identificadas, de acordo com anterior deliberação da assembleia municipal datada de 12 de setembro de 2013, constantes nos seguintes anexos: Anexo I – Processo de visto n.º 1639/13 – Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Anexo II – Processo de visto n.º 1647/13 – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL; Anexo III – Processo de visto n.º 1649/13 – Banco Popular Portugal SA; Anexo IV – Processo de visto n.º 1650/13 – Banco Santander Totta SA; Anexo V – Processo de visto n.º 1651/13 – Caixa Económica Montepio Geral; Anexo VI – Processo de visto n.º 1652/13 – Banco BPI SA, Banco Espírito Santo SA, Caixa Geral de Depósitos SA., e remeter para conhecimento da assembleia municipal as ratificações aos contratos de PAEL e Reequilíbrio Financeiro, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



APROVAÇÃO DA ACTUALIZAÇÃO DOS QUADROS I, II E III DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO EM CONFORMIDADE COM O SEGUNDO DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO.

- O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre a razão jurídica destas adendas aos contratos merecerem apenas a aprovação da câmara municipal e tomada de conhecimento por parte da assembleia municipal, quando a celebração dos contratos teve a aprovação da assembleia municipal.

Referiu ainda que a posição da bancada do PS já foi devidamente argumentada nas Reuniões de Câmara de 27 de Janeiro e 21 de Março, não tendo nada acrescentar

- O Sr. Presidente respondeu que esta aprovação pela câmara municipal foi uma exigência do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de visto dos contratos, sendo que, bastava dar conhecimento à assembleia municipal, uma vez que, as adendas não vinculavam mais a câmara municipal do que os próprios contratos iniciais. Desta forma não careciam de um formalismo tão grande.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz e as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovada a atualização dos Quadros I, II e III parte integrante do Plano de Ajustamento Financeiro em conformidade com o Segundo Documento Complementar ao PAF e remeter para conhecimento da assembleia municipal, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

9
aut.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA – RENOVAÇÃO 2014 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores José Cruz, David Murta e Luís Salas, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 10 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, para renovação do contrato de prestação de serviços na área de Gestor Local de Energia, à entidade HTC – High Tech Consulting, Lda., pelo período de 1 (um) ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 19/2012, de 27 de Novembro de 2012, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Considerando que em processos de contratação de serviços a bancada do Partido Socialista entende que se deveriam convidar a apresentar proposta pelo menos três concorrentes;

Considerando que não se consegue entender que numa autarquia em dificuldades financeiras, e que acaba de votar nesta mesma reunião uma atualização aos processos de reequilíbrio e ajustamento financeiro, possa adjudicar três procedimentos que ascendem a 99.728,40 €.

A posição da bancada do Partido Socialista é de voto contra.”



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LICENÇA DE ACESSO ANUAL PARA PLATAFORMA ALGARVE 360.

- O Sr. Vereador David Murta agradeceu saber em concreto de que se trata a proposta, questionando sobre que tipo de serviços se está a adjudicar com a mesma.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores José Cruz David Murta e Luis Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços para Licença de Acesso Anual para Plataforma Algarve 360, por um período de 1 (um) ano, com a Media 360, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Considerando que em processos de contratação de serviços a bancada do Partido Socialista entende que se deveriam convidar a apresentar proposta pelo menos três concorrentes;

Considerando que não se consegue entender que numa autarquia em dificuldades financeiras, e que acaba de votar nesta mesma reunião uma atualização aos processos de reequilíbrio e ajustamento financeiro, possa adjudicar três procedimentos que ascendem a 99.728,40 €.

A posição da bancada do Partido Socialista é de voto contra.”

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- O Sr. Vereador David Murta agradeceu saber em concreto de que se trata proposta, questionando sobre que tipo de serviços se está a adjudicar com a mesma.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores José Cruz, David Murta e Luis Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de manutenção de software VMWARE e serviços de manutenção de centro de dados do município de VRSA, por um período de 1 (um) ano, com a entidade **BPO – Consulting Unipessoal, Lda.**, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Considerando que em processos de contratação de serviços a bancada do Partido Socialista entende que se deveriam convidar a apresentar proposta pelo menos três concorrentes;

Considerando que não se consegue entender que numa autarquia em dificuldades financeiras, e que acaba de votar nesta mesma reunião uma atualização aos processos de reequilíbrio e ajustamento financeiro, possa adjudicar três procedimentos que ascendem a 99.728,40 €.

A posição da bancada do Partido Socialista é de voto contra.”



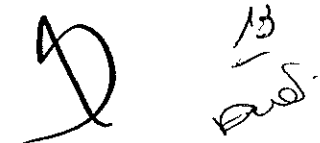
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A EUROSISTRA PORTUGAL, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Vila Real de Santo António, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e a Eurosistra Portugal, Lda., destinado à criação de um serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária pós-acidente de viação nas vias e estradas municipais, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DO EUROCIDADÃO.

O Sr. Vereador José Cruz interveio da seguinte forma quanto a esta proposta:

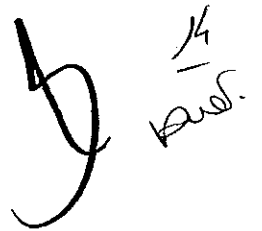
- Há alguns artigos no regulamento que têm mais características de preâmbulo do que de artigos propriamente ditos. Referiu ainda que o cartão de eurocidadão tem algumas limitações de aplicação. Alertou para o facto de o cartão implicar a criação de uma base de dados, em relação à qual deverá ter-se em conta as questões legais.



= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o projecto de Regulamento do Cartão do Eurocidadão, submeter à audiência de interessados/apreciação pública, ao abrigo do previsto nos artigos 117º. e 118º. do Código do Procedimento Administrativo, por um período de 30 dias e submeter à aprovação da Assembleia Municipal findo o período audiência de interessados/apreciação pública, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, REFERENTE A PRÉDIO RÚSTICO SITO NO PEGO REDONDO - VILA NOVA DE CACELA - MARIA DA ENCARNAÇÃO MESTRE GUERREIRO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido ser emitido o parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum e partes iguais do prédio, inscrito na matriz predial rústica nº. 01 e Secção D, sito no Pego Redondo, freguesia de Vila Nova de Cacela e concelho de Vila Real de Santo António, com área de 13.392000 ha, na proporção de 1/3 a favor de Maria da Encarnação Mestre Guerreiro Rosário, 1/3 a favor de Cesaltina Maria da Encarnação Mestre Rodrigues e 1/3 a favor de Maria Albertina da Encarnação Mestre Custódio, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Urbanismo e Espaço Público - DUEP, documentos que constituem parte integrante da presente ata.


Handwritten signature and initials in the top right corner. The signature appears to be 'J' followed by '14' and 'P. S.'.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“A Bancada do PS vota a favor, com base no parecer técnico.”

4ª. RENOVAÇÃO DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL – MARIA DO ROSÁRIOS CLEMENTE DOS MÁRTIRES AGOSTINHO.

- O Sr. Vereador José Cruz questionou o Sr. Presidente se esta renovação do apoio já seria a última, ao que, o Sr. Presidente explicou que há três renovações que são permitidas. A renovação em causa já tem carácter excecional e carece de aprovação da câmara municipal.
- O Sr. Vereador David Murta salientou o facto de na proposta vir referida a existência de um relatório técnico, o qual não se encontra em anexo à proposta. Desta forma, sugeriu que o relatório técnico fosse anexado à proposta, ao que o Sr. Presidente concordou.
- O Sr. Vereador David Murta solicitou que lhe fosse entregue um relatório com os apoios sociais concedidos pela câmara municipal. O Sr. Presidente concordou, tendo pedido à Sr.ª Vereadora Maria Conceição Cabrita que passasse a fornecer mensalmente um relatório de todos os apoios sociais concedidos pelo município.

 15
AUS

- O Sr. Vereador David Murta mencionou que a bancada do PS vai votar a favor, mas chama atenção para os requerimentos apresentados nos dias 05 e 19 de Novembro sobre propostas semelhantes, sobre os quais não foi dada qualquer resposta. Perguntou ainda sobre a falta do relatório técnico fundamento mencionado na proposta.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio ao Arrendamento Habitacional durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA N.º 5 DO CENTRO CULTURAL ANTÓNIO ALEIXO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente no sentido de ser autorizada a alteração do objeto do contrato de arrendamento da loja n.º 5 do Centro Cultural António Aleixo, em Vila Real de Santo António, para venda e consumo de alimentos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

16
Ass.

CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO C.A.T.L.

- O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre o facto do requerimento apresentado pela Associação Bichinho do Saber fazer quatro pedidos à câmara municipal e na proposta em votação apenas se fazer referência a dois dos pedidos. Referiu ainda que o interesse público municipal não fica acautelado com propostas deste género, ao fazer-se cessar um contrato por incumprimento e permitir-se a celebração de um outro contrato a seguir. O mesmo vereador entende que, tendo havido inicialmente um processo de hasta pública com outros cinco concorrentes, deveria o ATL ser atribuído a um dos outros interessados.

- O Sr. Vereador José Cruz referiu que o concorrente que ganhou o procedimento de hasta pública apresentou uma renda de 2000€ mensais. Com o tempo não conseguiu assumir tal compromisso, sendo que isso faz parte do risco de qualquer negócio. Quanto à dívida existente, não pode a mesma ser perdoada, devendo a associação em causa apresentar um plano de regularização de dívida. Só depois da apresentação deste plano é que poderá ser celebrado o contrato de comodato proposto.

- O Sr. Vereador David Murta também concordou que a dívida não deveria ser perdoada, mas sim que fosse apresentado um plano de regularização da dívida existente. Propôs que a proposta fosse retirada no sentido de se analisar o presente assunto com mais profundidade e, inclusive, promover uma reunião entre a câmara municipal e associação requerente.

- O Sr. Presidente respondeu que nunca houve intenção de perdão da dívida e propôs acrescentar no ponto dois da proposta o seguinte:

14
12/05/14

“A celebração de um contrato de comodato com a mesma entidade, de utilização do C.A.T.L., após a apresentação pela Associação Bichinho do Saber de um plano de regularização da dívida existente.”

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser autorizada a cessação do contrato de arrendamento celebrado com a Associação Cultural Bichinho do Saber, relativo ao imóvel do C.A.T.L., com efeitos a partir de Março de 2014 e a celebração de um contrato de comodato com a mesma entidade, de utilização do edifício do C.A.T.L., após a apresentação pela Associação Bichinho do Saber de um plano de regularização da dívida existente, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DO ALGARVE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser autorizada a atribuição do subsídio no valor de 1.875,00 € ao Banco alimentar Contra a Fome do Algarve, documento que constitui parte integrante da presente ata.



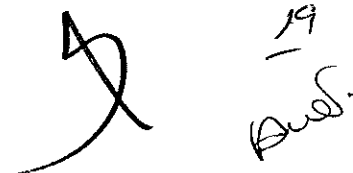
18
Vereador

APOIO A CONCEDER AO II ACTO - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser autorizada a atribuição do apoio no valor de 400,00€ ao II ACTO – Produções Artísticas, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser autorizada a atribuição do apoio no valor de 3.500,00€ à Associação Cultural de Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

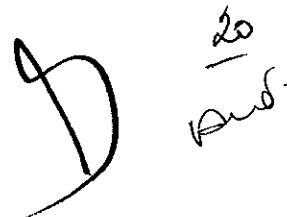


ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTES AO PEDIDO DE APRECIAÇÃO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO PARA O "VIII PASSEIO DE CICLOTURISMO – CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser deferido o pedido de isenção total das taxas de apreciação do pedido e emissão de licença, bem como a isenção em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja, da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do disposto no ponto 3 do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

HOMENAGEM A ANTÓNIO ROSA MENDES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a Homenagem a realizar na Sessão Solene comemorativa do 13 de Maio, bem como, a edição das duas obras literárias sobre a vida e obra de António Rosa Mendes, o lançamento do concurso de âmbito nacional, sobre a História do Algarve, denominado «Concurso História do Algarve António Rosa Mendes» e a atribuição do seu nome ao Arquivo Histórico Municipal, documento que constitui parte integrante da presente ata.



PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (DECIF).

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser aprovada a minuta de Protocolo para a constituição do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a seguinte intervenção do munícipe Sr. Gil que referiu-se sobre o estacionamento em cima dos passeios junto ao Parque dos Reis.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.30 horas.

E eu, Ana Teresa Gouveia, Chefe de Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.

